

# PROBLEMAS RELACIONADOS À UTILIZAÇÃO DE DADOS DOS CENSOS AGROPECUÁRIOS\*

Maristella de Azevedo Brito \*\*

Diante da importância que têm os Censos Agropecuários como instrumentos de análise das questões referentes à organização do espaço agrário, considera-se extremamente oportuna a inclusão, neste Encontro<sup>1</sup>, de uma sessão voltada para a discussão de problemas relacionados à utilização de dados censitários. Espera-se que esta oportunidade marque o início de uma etapa em que se tornem mais intensas as interações que se estabelecem entre usuários e instituições produtoras de estatísticas agropecuárias — interações que podem ser extremamente proveitosas para o aperfeiçoamento dos dados censitários e para o avanço das pesquisas sobre a agricultura brasileira, num processo de realimentação entre produção de estatísticas primárias e elaboração de análises derivadas.

Ao se buscar atingir esse objetivo, parece estimulante lembrar o fato de que, na área de estudos demográficos, tem-se desenvolvido um processo de discussões extremamente enriquecedor, no qual vem representando papel fundamental a Associação Bra-

sileira de Estudos Populacionais — ABEP que tem promovido seminários com a finalidade específica de avaliar os Censos Demográficos, visando a aprofundar o conhecimento sobre métodos e informações demográficas.

Enquanto os levantamentos demográficos têm uma longa história no Brasil, podendo-se mencionar a existência de registros de população desde o período colonial e contando-se com Recenseamentos Gerais feitos com intervalos aproximadamente decenais, a partir de 1872, os levantamentos agropecuários datam de época bem mais recente. À medida que se transformava a organização sócio-econômica do Território Nacional, não só se difundia o interesse por informações mais diversificadas sobre a realidade brasileira, como se tornava mais viável o empreendimento de investigações caracterizadas por maior nível de complexidade. O desdobramento progressivo dos inquéritos sobre aspectos demográficos e econômicos do País conduziu à realização, a partir de 1920, de levanta-

\* Recebido para publicação em 18 de março de 1988.

\*\* Analista Especializada em Geografia da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE.

A autora agradece as contribuições oferecidas a este trabalho pelo coordenador do Censo Agropecuário Manoel Antonio Soares da Cunha e pelas geógrafas Dora Rodrigues Hess, Olíndina Vianna Mesquita e Solange Tietzmann Silva.

<sup>1</sup>VIII Encontro Nacional de Geografia Agrária em Barra dos Coqueiros — Sergipe — dezembro de 1987.

R. bras. Geogr., Rio de Janeiro, 50 (4): 165-169, out./dez. 1988.

mentos específicos sobre o setor agropecuário; apenas em 1930, o Censo deixou de ser realizado, em consequência dos acontecimentos políticos que se verificaram na época. A evolução dos levantamentos sobre agricultura poderia constituir-se em objeto de uma análise interessante no sentido de fornecer elementos que permitissem avaliar o avanço do conhecimento sobre o espaço agrário brasileiro. Porém, tal análise escapa ao âmbito deste trabalho que visa, simplesmente, à colocação de questões que dizem respeito ao estágio atual do Censo Agropecuário. Algumas observações a respeito de modificações que ocorreram ao longo do tempo nos levantamentos agropecuários serão feitas, apenas, na medida em que tenham revelado potencial de afetar, de maneira ponderável, as comparações de dados provenientes de diferentes Censos Agropecuários.

Efetivamente, entre os problemas com que se deparam os pesquisadores, que recorrem a estatísticas sobre agricultura, encontram-se aqueles referentes a «mudanças nas datas e nos conceitos utilizados nos Censos», os quais impõem limitações a análises comparativas que se desenvolvam a partir de informações provenientes de diferentes Censos, com o objetivo de avaliar transformações que venham ocorrendo na agricultura brasileira.

Uma das modificações que deve ser ressaltada é aquela que concerne à data de referência considerada nos levantamentos censitários: os Censos de 1920, 1940 e 1960 tomaram como base o dia 1º de setembro; o Censo de 1950 referiu-se a 1º de julho; já os Censos de 1970, 1975, 1980 e 1985 consideraram o dia 31 de dezembro como data de referência. No transcorrer de tais mudanças, que ocorreram associadas à busca de um momento mais adequado à realização do levantamento, verificou-se — inclusive na opinião de pessoas que vêm trabalhando na coordenação das pesquisas censitárias — um grave erro que foi o de se fazer um levantamento no mês de julho de 1950. As vantagens que eram vislumbradas ao se planejar um Censo com aquela data de referência foram largamente sobrepujadas pela desvantagem representada pela realização da pesquisa num período de entressafra, o que conduziu à subestimação

dos dados relativos a uma série de aspectos importantes, como os que concernem à área ocupada por lavouras, ao pessoal ocupado na agricultura e até mesmo à área dos estabelecimentos agropecuários — fato que deve ser levado em conta ao se fazerem comparações com os resultados dos demais Censos.

O dia 31 de dezembro, que passou a servir de base aos recenseamentos agropecuários realizados a partir de 1970, revelou-se adequado, tanto para o levantamento de informações referentes à estrutura (tais como área dos estabelecimentos, pessoal ocupado na agricultura, efetivos de criação), quanto para o levantamento de dados relativos à produção. A adoção dessa data de referência, acompanhada da escolha dos anos de final zero ou cinco como base para obtenção de informações sobre produção, em vez dos anos de final nove, como ocorria anteriormente, propiciou uma série de vantagens. Em primeiro lugar, o entrevistado faz declarações a respeito da safra corrente, tendo maior possibilidade de responder, com precisão, às questões que lhe são colocadas do que às perguntas que lhe fossem feitas sobre a safra anterior, da qual, geralmente, tem lembranças mais vagas, uma vez que no setor agropecuário ainda é pouco freqüente a disponibilidade de registros contábeis organizados. Em segundo lugar, a adoção do ano de final zero, como base para as informações sobre o setor agropecuário, trouxe a grande vantagem de facilitar a comparação dos dados levantados nos dos Censos Agropecuários com as informações obtidas através dos Censos Demográficos.

Ainda com relação a modificações que tenham ocorrido nos Censos Agropecuários, cabe ressaltar a mudança no conceito de estabelecimento agropecuário que se verificou em 1975, e que, aparentemente, teve grande repercussão sobre alguns dos resultados obtidos nesse levantamento. Enquanto até 1970 a «área contínua» se constituía num dos aspectos definidores do estabelecimento agropecuário, em 1975 passou-se a considerar que «áreas não-contínuas» possam constituir um único estabelecimento, desde que utilizem os mesmos recursos técnicos e humanos, sejam subordinadas a uma única administração e se situem no

mesmo setor censitário. Tal modificação foi feita de modo a captar as situações em que a exploração de parcelas próximas umas das outras é feita em comum por uma mesma pessoa, o que freqüentemente ocorre quando há partilhas sucessivas de terras entre os membros de uma família. A modificação atende, ainda, à orientação da FAO/IASI<sup>2</sup>, segundo a qual o ideal seria adotar um conceito ainda mais amplo, que permitisse incluir no mesmo estabelecimento parcelas localizadas em setores censitários diferentes. Por motivos operacionais, contudo, utiliza-se o conceito que considera como pertencentes ao mesmo estabelecimento apenas parcelas que se encontrem no mesmo setor censitário.

Acredita-se que a maior complexidade da conceituação, estabelecida em 1975, tenha dificultado a classificação adequada das unidades recenseadas, pelo menos no primeiro levantamento realizado após a modificação do conceito — o que teria conduzido a uma subestimação da área total dos estabelecimentos, uma vez que parcelas dos mesmos ficariam sujeitas a não serem registradas. Essa subestimação, aparentemente, contribuiu para que se constatasse, entre 1970 e 1975, ocorrências bastante generalizadas de retração na superfície ocupada pelos estabelecimentos agropecuários, tendo essas ocorrências atingido quase dois quintos das microrregiões brasileiras. Cabe observar que, se em grande parte das unidades de observação, a tendência a subestimar a área dos estabelecimentos não chegou a provocar registros de diminuição da superfície total dos mesmos, isso parece ter acontecido em consequência da incorporação de novos espaços, que foi suficientemente acentuada para compensar áreas eventualmente não levantadas e, ainda, permitir saldos de crescimento, às vezes muito elevados.

Outra natureza de dificuldades, com que defrontam os usuários de informações estatísticas sobre agricultura, refere-se às «limitações que», forçosamente, «têm os Censos Agropecuários, ao buscar retratar situa-

ções complexas» e que apresentam variações sazonais, através de uma investigação realizada, apenas, num momento do ciclo produtivo, utilizando um questionário que deve ser objetivo e de fácil apreensão, tanto por parte dos recenseadores quanto dos informantes.

Um exemplo bastante ilustrativo dessas dificuldades é o problema de avaliar o volume médio de força de trabalho empregada na agricultura. Alguns aspectos relacionados a esse tema são abordados por Graziano da Silva e Kageyama<sup>3</sup>, num texto referente a emprego e relações de trabalho na agricultura paulista e acha-se importante mencioná-los aqui, dada a sua importância para os estudos relacionados à força de trabalho engajada na agricultura.

Um dos aspectos ressaltados por esses autores é que freqüentemente o número de pessoas ocupadas nas «categorias permanentes», no dia do Censo, é tomado como estimativa de sua média anual. Entretanto, mesmo as categorias consideradas como “permanentes” apresentam certa variação sazonal, relacionada, sobretudo, à participação de menores de 15 anos, que funcionam como uma espécie de “reserva interna” de mão-de-obra dos estabelecimentos agropecuários.

Quanto aos trabalhadores temporários, a informação mais detalhada de que se pode dispor é aquela referente ao número máximo de empregados temporários, segundo os meses do ano — informação que passou a ser levantada a partir do Censo de 1970. Assim, para se obter uma aproximação da média anual de trabalhadores temporários, é possível utilizar a média aritmética do número máximo de trabalhadores empregados em cada mês. É preciso, contudo, que se esteja consciente do fato de que esse cálculo tende a superestimar o número de empregados temporários, pois o número máximo de trabalhadores registrado num estabelecimento em determinado mês não corresponde, evidentemente, ao número de pessoas empregadas no decorrer de todo esse mês. Por conseguinte, o cálculo reali-

<sup>2</sup> Instituto Interamericano de Estatística, que se constitui no órgão responsável pela tarefa de padronizar as diversas estatísticas dos países americanos.

<sup>3</sup> Graziano da Silva, José; Kageyama, Angela. Emprego e Relações de Trabalho na Agricultura Paulista, no período 1960/75 (mimeo).

zado dessa forma tende a subestimar a flutuação sazonal da mão-de-obra ocupada no estabelecimento.

Outro aspecto que dificulta a avaliação da força de trabalho empregada nos estabelecimentos agropecuários é aquele relacionado à estimativa do pessoal ocupado em serviços de empreitada. Apenas os trabalhadores contratados diretamente pelo responsável pela unidade de exploração são computados no número de pessoas empregadas pelo estabelecimento. No caso dos serviços de empreitada, em que os trabalhadores são contratados por terceiros, não se tem conhecimento do número de pessoas engajadas na realização da tarefa contratada. É verdade que se pode chegar a uma aproximação do número de pessoas que trabalham em regime de empreitada<sup>4</sup>, dividindo-se o valor total das despesas com empreitada (que em grande parte correspondem ao pagamento de salários) pelo valor médio da diária de um trabalhador eventual e pelo número de dias úteis no ano. Essa aproximação, entretanto, encerra razoável margem de erro, fato que assume importância tanto maior quanto mais se acentua a tendência à difusão dos contratos de trabalho feitos por terceiros — o que vem ocorrendo, sobretudo, a partir dos anos setenta.

Finalmente, os referidos autores ainda vão mais além na colocação de questões relacionadas aos dados sobre pessoal ocupado na agricultura, lembrando o fato de que os trabalhadores têm ritmos de trabalho diferentes e jornadas de trabalho de duração diferente (um assalariado tendo, geralmente, ritmo mais intenso do que um não-assalariado — mulheres e crianças tendo jornadas menos extensas do que os homens adultos). Assim, para avaliar mais adequadamente o volume total da força de trabalho, sugerem eles que se estabeleçam pesos relativos que representem a força de trabalho de um homem adulto ocupado todos os dias úteis do ano (ex.: 1 empregada mulher = 0.66 empregado homem).

Além dos problemas que vêm sendo abordados, todos eles decorrentes de aspectos inerentes aos próprios levantamentos cen-

sitários, verificam-se, ainda, problemas de outra natureza, decorrentes da «precariedade de acesso dos usuários quer à metodologia utilizada nos Censos, quer a tabulações especiais» contendo detalhamentos ou cruzamentos de informações diferentes daqueles que figuram nas tabelas habitualmente publicadas pelo IBGE.

Através dos volumes dos Censos Agropecuários, o IBGE divulga uma síntese dos aspectos metodológicos envolvidos na elaboração dos Censos e, ainda, um *fac-simile* do questionário utilizado, que fornece informações adicionais sobre os levantamentos efetuados. Já com o objetivo de orientar os funcionários que participam dos trabalhos do Censo, a Instituição imprime folhetos — tais como o Manual do Recenseador e o Manual do Supervisor — os quais, incluindo detalhamentos que não constam nas publicações dos Censos, podem cumprir, também, o papel de fontes de informação sobre a metodologia adotada nos levantamentos.

O fato de que grande parte dos usuários tem acesso, apenas, à introdução metodológica que figura nos volumes dos Censos Agropecuários, como forma de se munirem de informações a respeito de conceitos utilizados no recenseamento, contribui para que ocorram interpretações equivocadas a respeito do conteúdo de certos dados publicados pelo IBGE. Isso pode ocorrer, por exemplo, com relação à categoria dos arrendatários que, segundo a definição que consta no Censo, é constituída por produtores que exploram terras pertencentes a terceiros mediante o pagamento de uma quantia fixa em dinheiro ou de sua equivalência em produtos. Ao se consultar o texto mais detalhado do Manual do Recenseador, contudo, constata-se que são, também, considerados arrendatários os agricultores que fazem pagamento através de prestação de serviços. Conceituados desta maneira, os arrendatários teriam características semelhantes às dos empregados incluídos em "outra condição", como é o caso dos agregados ou moradores. Em outras palavras, a categoria arrendatário inclui agricultores que se inserem no processo produtivo de maneira mais diversificada do que podem

<sup>4</sup> Segundo metodologia proposta no trabalho anteriormente citado.

supor os usuários, quando consultam, apenas, a apresentação sintética da metodologia adotada nos Censos.

Outra questão que concerne ao melhor aproveitamento dos dados censitários é aquela relacionada às tabulações especiais, que são produzidas pelo IBGE, a pedido dos usuários, e cujo uso mais difundido e freqüente entre os pesquisadores contribuiria para uma exploração mais eficaz da riqueza de informações contidas nos levantamentos censitários. Necessariamente, há informações obtidas nesses levantamentos que são publicadas, apenas, para as Unidades da Federação, não sendo divulgadas de maneira mais desagregada, sobretudo, por problemas de custo, especialmente em face do número restrito de usuários. Entretanto, à medida que avança o processo de informatização, agilizando o tratamento de dados censitários e permitindo a produção, a custos mais baixos, de tabelas especiais elaboradas em atendimento a solicitações feitas por usuários com interesse em desdobramentos e cruzamentos específicos de dados, abrem-se novas possibilidades de aproveitamento mais intenso das informações censitárias.

A título de exemplo de informação que é levantada no Censo Agropecuário e divulgada, apenas, para as Unidades da Federação, podem ser citados os dados a respeito do destino da produção agrícola. Esses dados dão margem a que se avalie em que proporções a produção é consumida no próprio estabelecimento, entregue à cooperativa, à indústria e ao intermediário, ou vendida, diretamente, ao consumidor. Tais informações, se analisadas sob aspecto mais desagregado, através da utilização de tabula-

ções especiais, permitiriam detectar, por exemplo: áreas onde se verificam intensas articulações da produção agrícola com o setor industrial, bem como ocorrências de bolsões em que persiste a produção voltada para a auto-subsistência familiar. O destino da produção poderia constituir-se, assim, num indicador extremamente valioso do grau de mercantilização da produção agrícola, que evolui estreitamente associado ao avanço nas relações de troca, na economia capitalista.

As considerações que vêm sendo até aqui desenvolvidas referem-se a problemas, quer quanto ao levantamento de dados censitários, quer quanto ao acesso dos usuários às informações obtidas através desses levantamentos. As ressalvas que foram feitas, contudo, não devem obscurecer o fato de que os Censos Agropecuários empreendidos no País colocam-se, num confronto realizado internacionalmente, entre aqueles que apresentam qualidade mais aprimorada. Os arquivos gerados a partir dos sucessivos Censos efetuados encerram uma enorme riqueza de informações que podem servir de base a análises de aspectos diversificados da agricultura brasileira.

No desenvolvimento de tais análises, um instrumento que pode ser muito valioso, e que é freqüentemente utilizado no decorrer de trabalhos geográficos, é o mapeamento de variáveis construídas a partir das informações censitárias. O padrão de distribuição espacial que emerge dos mapeamentos realizados pode, por um lado, constituir-se em teste de consistência dos dados analisados e, por outro lado, revelar aspectos desconhecidos da organização do espaço agrário, conduzindo à formulação de novas hipóteses de trabalho.